



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS, PROVIMENTOS E OUTROS ATOS DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 455/ 2012

Institui a Política Socioambiental no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II, do art. 5º, da Lei Estadual nº 12.483, de 3 de agosto de 1995,

CONSIDERANDO o disposto no art. 23, inciso VI, e no art. 170, inciso VI, ambos da Constituição Federal, que asseguram a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e instituem o dever de defendê-lo e preservá-lo;

CONSIDERANDO os termos da Recomendação nº 11 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 22 de maio de 2007, que atribui aos Tribunais a responsabilidade de adotar políticas públicas, visando à formação e à recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, como também de instituir comissões ambientais para o planejamento, elaboração e acompanhamento de medidas, com fixação de metas anuais, para a preservação e recuperação do meio ambiente;

CONSIDERANDO que "Promover a Cidadania" é um objetivo estratégico para o Poder Judiciário Nacional, conforme o art. 1º, inciso IV, alínea "c", da Resolução nº 70, do CNJ, de 18 de março de 2009;

CONSIDERANDO que "Exercer a Responsabilidade Socioambiental" é um objetivo do Plano Estratégico do Poder Judiciário, nos termos da Resolução nº 02, de 21 de janeiro de 2010, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO a instituição, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, da Comissão de Responsabilidade Socioambiental, por meio do Provimento nº 28, de 18 de outubro de 2011, e da designação dos representantes da referida Comissão, através da Portaria nº 1617, de 8 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO a necessidade de se nortear e legitimar a atividade a ser desenvolvida pela Comissão de Responsabilidade Socioambiental,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Política Socioambiental no âmbito do Poder Judiciário cearense, em caráter permanente, a qual alberga os seguintes compromissos:

- I – uso racional de água e energia;
- II – gestão de resíduos sólidos;
- III – promoção de ações sociais;
- IV – educação socioambiental.

Art. 2º Os compromissos de que trata o art. 1º desta portaria serão viabilizados mediante a implantação de ações e projetos, supervisionados pela Comissão de Responsabilidade Socioambiental.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 22 de março de 2012.

Desembargador José Arísio Lopes da Costa
PRESIDENTE

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8503343-46.2012.8.06.0000, **RESOLVE** designar MARIA LÚCIA NEPOMUCENO COSTA E SILVA, Técnico Judiciário SPJNM, matrícula nº 94097.1/8, para substituir NILSITON RODRIGUES DE ANDRADE ARAGÃO, Assessor de Desembargador, símbolo DJS 2, matrícula nº 7146.1/5, durante o seu afastamento por 30 (trinta) dias de férias, no período de 09/01/2012 a 07/02/2012, ambos lotados no Gabinete da Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale. **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, Fortaleza, 21 de março de 2012.

Desembargador JOSÉ ARÍSIO LOPES DA COSTA
PRESIDENTE

PORTARIA Nº. 434/2012 – O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, tendo em vista a delegação de competência de que trata o Art. 2º, Parágrafo Único da Portaria nº 304/2009, publicada no Diário de Justiça do dia 15 de abril de 2009 e de conformidade com o Processo Administrativo nº. 8504768-11.2012.8.06.0000, designar **JOSÉ CARLOS DUARTE FILHO**, Diretor de Divisão de Manutenção do Interior, matrícula nº 4288 e **PEDRO KELLY DE LIMA ALCÂNTARA**, Oficial de Manutenção, Matrícula 93346, para acompanhamento e fiscalização de serviços de manutenção nos comarcas de Brejo Santo e de Senador Pompeu, no período de 28/02/2012 a 02/03/2012, concedendo-lhes 3,5 (**três e meia**) diárias, no valor unitário de R\$ 100,00 (cem reais), totalizando **R\$**